

AGRADECIMENTOS	Págs. 5
NOTA PRÉVIA	7
ABREVIATURAS UTILIZADAS	11

PARTE I

A INCONSTITUCIONALIDADE DO ACTO ADMINISTRATIVO — APROXIMAÇÃO CONCEPTUAL

1.º Capítulo — Considerações introdutórias	15
§ 1.º Sequência e conceito de inconstitucionalidade relevante.....	15
§ 2.º Ainda a sequência: exclusões de âmbito	19
2.º Capítulo — Sentido da vinculação da Administração à Constituição.....	21
§ 1.º A Constituição e a lei: posicionamento no quadro das fontes de direito administrativo.....	21
§ 2.º Os dados do ordenamento português actual	33
3.º Capítulo — Os dois termos da relação de inconstitucionalidade: conceitos operativos.....	51
§ 1.º O parâmetro.....	51
1.1. A amplitude da Constituição para efeitos deste estudo.....	51
1.1.1. O art. 16.º, n.º 2, da Constituição e a Declaração Universal dos Direitos do Homem.....	56
1.1.2. A cláusula aberta de direitos fundamentais	67
1.1.3. O direito internacional e o direito comunitário — referência muito breve	87
1.1.4. O costume constitucional — uma questão diversa	98
1.2. A aptidão das normas da Constituição para regular directamente o agir administrativo	101
1.2.1. As normas constitucionais de direitos, liberdades e garantias, e as outras	104

	Págs.
1.2.2. Ainda os direitos fundamentais: direitos, liberdades e garantias <i>versus</i> direitos económicos, sociais e culturais?.....	119
a) As posições jurídico-prestacionais com a mesma densidade jurídico-subjectiva dos direitos de defesa.....	132
b) As posições jurídico-prestacionais alicerçadas num princípio objectivo a que corresponde um dever não relacional — as normas programáticas <i>stricto sensu</i> ..	136
c) As posições jurídico-prestacionais pressupostas pelo exercício de um direito subjectivo pessoal.....	148
1.3. Sobreposição de fontes constitucionais e legais	153
1.3.1. As normas legais interpostas e a violação do princípio constitucional da legalidade administrativa — uma outra questão e alguns ensinamentos.....	156
1.3.2. A reserva de Constituição.....	163
1.3.3. O regime constitucional dos direitos, liberdades e garantias	165
1.3.4. Alguns exemplos de concurso de normas	170
1.3.5. As normas programáticas: uma aparente sobreposição de fontes normativas e inconstitucionalidade indirecta.....	174
§ 2.º O objecto de análise ou o conceito de acto administrativo adoptado — em especial, o esbatimento dos conceitos.....	176
2.1. A funcionalização do conceito aos objectivos da análise — justificação.....	176
2.1.1. O acto administrativo impugnável contenciosamente junto dos tribunais administrativos	176
2.1.2. A (ir)relevância da forma e o esbatimento dos conceitos...	184

PARTE II

ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DO CONCEITO DE ACTO ADMINISTRATIVO INCONSTITUCIONAL: NOTAS PARA UM CONTENCIOSO CONSTITUCIONAL DOS ACTOS ADMINISTRATIVOS

§ 1.º Motivação: breve nota de jurisprudência administrativa.....	207
§ 2.º Da inoportunidade da discussão sobre o desvalor do acto administrativo inconstitucional — sequência	215
2.1. Inconstitucionalidade: estranha forma de ilegalidade do acto administrativo	216

	Págs.
2.2. Violação do princípio da legalidade <i>versus</i> violação do princípio da constitucionalidade.....	220
2.3. A tutela do princípio da constitucionalidade através do regime constitucional de fiscalização da constitucionalidade — traços essenciais	227
2.4. A anulabilidade como desvalor-regra no direito administrativo: justificação tradicional e traços distintivos ao nível do contencioso administrativo	230
2.5. Análise do art. 133.º do CPA à luz das situações de inconstitucionalidade.....	235
§ 3.º Para um contencioso constitucional dos actos administrativos.....	244
3.1. Argumentos para uma aproximação de regimes.....	245
3.2. Os obstáculos aparentes.....	250
3.3. A configuração constitucional exigida — síntese.....	255
CONCLUSÕES	259
BIBLIOGRAFIA.....	267

